

HISTÓRIA E MEMÓRIA(S) DO ÊXODO RURAL EM PAULICÉIA (SP)

HISTORY AND MEMORY(IES) OF RURAL EXODUS IN PAULICÉIA (SP)

HISTORIA Y MEMORIA(S) DEL ÊXODO RURAL EN PAULICÉIA (SP)

Victor Hugo Silva Souza

Mestrando em Agronegócio e Desenvolvimento pela Universidade Estadual Júlio Mesquita Filho (Unesp) campus de Tupã. Gradua em História pelo Centro Universitário de Adamantina (FAI) e em Gestão Comercial pela Faculdade de Tecnologia (FATEC) de Adamantina. Secretário Geral da Rede de Pesquisadores sobre Povos Originários e Comunidades Tradicionais (RedeCT) e membro do coletivo Rancho Y-Íara: agroecologia, educação e cultura.

vhs.souza@unesp.br



0000-0003-0373-8257

Nelson Russo de Moraes

Professor Associado na FAAC/UNESP. Livre Docente em Gestão e Educação Ambiental (UNESP). Doutor em Comunicação e Cultura Contemporânea (UFBA). Mestre em Serviço Social (UNESP). Líder do grupo de Pesquisa GEDGS (Grupo de Estudos em Democracia e Gestão Social) e da RedeCT (Rede Internacional de Pesquisadores sobre Povos Originários e Comunidades Tradicionais). Docente permanente do PGAD/UNESP Tupã e do PPGCOM/UNESP Bauru. nelson.russo@unesp.br



0000-0003-0159-9433

Recebido em: 08.05.2025

Aceito em: 01.07.2025

Publicado em: 17.07.2025

RESUMO

O objetivo dessa pesquisa foi compreender o êxodo rural em Paulicéia por meio das memórias da população local. Para tal finalidade, a pesquisa de caráter qualitativo recorre à História Oral como metodologia. No mês de abril de 2024, aplicou-se um questionário pré-estruturado a diferentes atores sociais de Paulicéia, sobretudo trabalhadores(as) negras(as) que atuaram no meio rural do município entre as décadas de 1970 e 1980. As memórias entorno do êxodo tratam do cotidiano de uma população que outrora já havia deixado sua terra natal, o Nordeste e que buscava em terras paulistas (re)construí-la, mas em razão do avanço das pastagens para a criação de gado bovino, foi expulsa de roça em roça, município pós município, até que deixassem o meio rural e rumassem para os grandes centros urbano/industriais.

PALAVRAS-CHAVE: Paulicéia; Êxodo Rural; História Oral.

Se a terra foi Deus quem fez,
Se é obra da criação,
Deve cada camponês
Ter uma faixa de chão
(Patativa do Assaré)

Introdução

O extremo oeste paulista figura como a última região do estado a ser incorporada à lógica produtiva do capital. O avanço do binômio café/ferrovia, ideal de progresso entre os séculos XIX e XX, seguia a estrutura: derrubar a mata virgem habitada por povos indígenas, vender a madeira proveniente dessas áreas, comercializar lotes rurais aproveitando da especulação imobiliária, que previa a chegada do trem em um futuro próximo, formar pequenos núcleos urbanos e cultivar café, circunscreviam as atividades do início do período colonizatório. Na Nova Alta

Paulista, área composta por trinta municípios, localizada no espigão divisor Peixe/Aguapeí esse fenômeno teve início a partir da década de 1930 (Gil, 2007).

Entre os municípios que integram a área, há Paulicéia, situada na divisa com o Mato Grosso do Sul, à margem do rio Paraná. Fundada em 1947, a cidade foi pensada como empreendimento imobiliário no qual se instalaria a última parada da linha de trem da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, possibilitando a intensificação do fluxo de mercadorias, sobretudo gado bovino, entre as regiões Sudeste e Centro-Oeste. Um desvio no traçado da ferrovia, estabelecido após a emancipação político-administrativa pauliceense mudaria o destino da cidade, destinando o almejado progresso para a vizinha Panorama (SP).

Outras singularidades históricas, econômicas e sociais chamam a atenção. Paulicéia, inicialmente marcada por uma economia diversificada, pautada no cultivo de roçados diversos, voltados ao abastecimento do mercado interno, passou por transformações estruturais no campo, provocando intensos fluxos migratórios da zona rural para os centros urbano/industriais. Ribeiro (2015) trata o êxodo rural brasileiro, como um processo violento, resultado de uma política pouco preocupada com aspectos fundamentais da sociedade, como a fome, a urbanização desordenada, o desemprego, a criminalidade e outros.

Se em um lado, os interiores do Brasil configuravam grandes reservas de braços, até então voltados à agricultura, o desenvolvimento da indústria brasileira, especialmente no contexto pós Segunda Guerra Mundial (1945-1949), demandando verdadeiros exércitos de mão-de-obra criaram condições propícias para o êxodo, atraindo elevadas cifras para as cidades que se consolidavam como grandes centros industriais (Versiani, Suzigan; 1990; Vicenconti, 1977).

Diante do exposto, este trabalho dedica-se a compreender o êxodo rural em Paulicéia por meio das memórias da população local. Para tal finalidade, a pesquisa recorre à História Oral, metodologia usada por historiadores no país especialmente a partir da segunda metade do século XX, e que possibilita a grupos cujas narrativas raramente aparecem nos documentos históricos convencionais apresentem suas versões, suas verdades, tornando-os protagonistas, em razão disso, possibilitando contar a "história dos debaixo" (Alberti, 2004).

No mês de abril de 2025, diferentes atores sociais do município ribeirão, especialmente trabalhadores(as) rurais aposentados foram entrevistados. São ex boias-frias, meeiros e operários de cerâmicas trazendo à tona suas memórias do êxodo rural. Memórias essas que se (com)fundem com a história da própria cidade, não havendo entre essas uma fronteira bem estabelecida.

Embora inicialmente o trabalho buscasse delimitar o recorte temporal entre os anos de 1960 e 1970, período no qual os dados censitários comprovam a diminuição da população rural e o expressivo aumento dos moradores da zona urbana, a complexidade entorno dos processos migratórios, uma vez que as causas das saídas decorrem de uma série de fatores anteriores ao fato em si, e que, a fonte, as memórias, não seguem periodizações cartesianas, décadas anteriores e posteriores à fase mais “inflamada” do êxodo também auxiliaram a subsidiar o texto.

Nesse sentido, a formação demográfica do município, em sua grande maioria migrantes nordestinos e mineiros, a vida cotidiana dos(as) trabalhadores(as) no espaço rural e urbano corroboram para a compreensão do fenômeno estudado, auxiliando na consolidação da meta 11.4 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU), que consiste em “Proteger e Salvar o Patrimônio Cultural e Natural do Mundo”.

1 Paulicéia, nordestina desde a gênese

De acordo com o IBGE, no censo de 2010 a população de Paulicéia somava 6.339 pessoas, dessas, 784 (12, 3%)¹ eram nascidas no Nordeste, 441 homens e 343 mulheres, a grande maioria originária do estado de Alagoas, um reflexo de profundas mudanças na economia local ocorridas naquela década. No ano de 2005, após diversas tratativas do prefeito Roney Ferreira junto ao grupo sucroalcooleiro alagoano Carlos Lyra, a Usina Caeté iniciou suas atividades no município, transformando as pastagens onde criava-se especialmente gado nelore em extensos canaviais, e introduzindo centenas de alagoanos no município.

Nos primeiros anos após a chegada desses migrantes, parte da população local passou a acusar os alagoanos de perturbar a paz, causar conflitos ou mesmo associá-los ao aumento da criminalidade no município. Claras manifestações da xenofobia dos locais para com o povo nordestino. O fenômeno chama a atenção, entre outras coisas em razão da formação do próprio município, como indicam as informações derivadas dos livros cartoriais pauliceenses.

Os registros civis, com ênfase aos de nascimento, apresentam uma série de informações relevantes acerca da formação e estrutura demográfica dos municípios nos quais estão localizados. Dados como cor, sexo, profissão e origem dos pais dos assentados costumam constar nesses documentos, possibilitando interpretações sobre a sociedade no período em que foram lavrados. Ao analisar os mais de 360 registros de

nascimento do livro A1 do cartório de Paulicéia, instalado no município em 1956, nove anos após a fundação da cidade, é possível compreender a origem da população pauliceense na década de 1950².

Embora as informações não possuam o rigor estatístico necessário para trazer números exatos sobre a população de Paulicéia, considerando que alguns registrados viviam em fazendas nos municípios vizinhos ou mesmo em ilhas próximas à cidade, alguns pais registravam mais de um filho na mesma data, interferindo nos percentuais encontrados, ainda assim são as fontes que melhor possibilitam a compreensão das raízes geográficas e étnicas da população pauliceense.

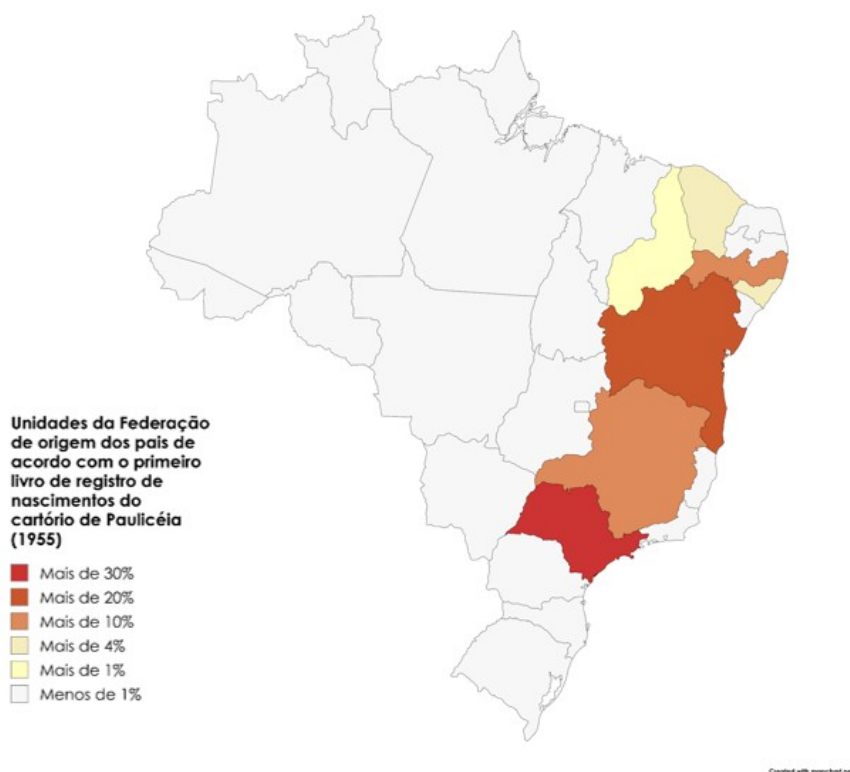
Ao somar a origem de pais nordestinos, dos estados de Alagoas (4,3%) Bahia (20,9%), Ceará (4,7%), Paraíba (0,3%), Pernambuco (11,7%), Piauí (1,3%) e Rio Grande do Norte (0,3%), evidencia-se que somente a população oriunda dos estados da região Nordeste já somava mais de 38% do total de genitores que registraram filhos no ano de 1956, sugerindo a grande relevância e influência social, cultural e econômica dos nordestinos na formação de Paulicéia. A figura abaixo, construído a partir dos registros cartoriais dos livros de registros de nascimentos A-1, de 1956, ilustra a influência nordestina para o município à época.

Minas Gerais (11,4%) também chama a atenção em razão do elevado número de pais naturais daquele estado. Percebe-se ao longo da tabulação dos dados que a maioria dos genitores mineiros eram das regiões Norte de Minas e Jequitinhonha, próximas ao sul da Bahia, onde há a ocorrência do clima semiárido, sugerindo que as longas estiagens, tal como a pobreza na região tenha provocado esse fluxo migratório em direção ao Sudeste nas primeiras décadas do século XX³.

Embora somados os estados da região Nordeste e Minas Gerais representem (49,4%) do total de pais, São Paulo ainda é a unidade federativa que apresenta a maior cifra, perfazendo 33% dos genitores informados nos registros. A presença de migrantes de origem estrangeira não aparece nesses documentos de forma quantitativamente significativa, porém, destacam-se entre esses os japoneses com 1,9%, seguidos por portugueses 0,5% e italianos 0,25%.

Figura 1

Origem dos pais dos registrados em Paulicéia (SP) em 1956



Fonte: Livro A-1 Cartório de Registro Civil de Paulicéia (SP), Org. Autoral (2024).

Minas Gerais (11,4%) também chama a atenção em razão do elevado número de pais naturais daquele estado. Percebe-se ao longo da tabulação dos dados que a maioria dos genitores mineiros eram das regiões Norte de Minas e Jequitinhonha, próximas ao sul da Bahia, onde há a ocorrência do clima semiárido, sugerindo que as longas estiagens, tal como a pobreza na região tenha provocado esse fluxo migratório em direção ao Sudeste nas primeiras décadas do século XX⁴.

Embora somados os estados da região Nordeste e Minas Gerais representem (49,4%) do total de pais, São Paulo ainda é a unidade federativa que apresenta a maior cifra, perfazendo 33% dos genitores informados nos registros. A presença de migrantes de origem estrangeira não aparece nesses documentos de forma quantitativamente significativa, porém, destacam-se entre esses os japoneses com 1,9%, seguidos por portugueses 0,5% e italianos 0,25%.

No caso dos baianos, especialmente das regiões Sudoeste e Centro-Leste do estado, a grande maioria vivia na zona rural de pequenos municípios. Eram famílias numerosas, com grande quantidade de filhos, indicando a alta taxa de natalidade naquele período. Trabalhavam em roçados comunitários, cultivando no modelo de agricultura de subsistência. Plantava-se mandioca, milho, abóbora, feijão e outros cultivos⁵.

Em razão da seca e da carestia, os trabalhadores eram atraídos para as zonas meridionais do país, onde a promessa de trabalho nos cafezais paulistas atuava como a grande propulsora das migrações. Em um caminhão adaptado, o chamado pau-de-arara, famílias inteiras deixavam o interior da Bahia até chegar a Montes Claros (MG), da cidade mineira até a capital paulista, o trecho era percorrido de trem. Já em São Paulo, as famílias eram acomodadas e alimentadas em abrigos. O governo do estado de São Paulo concedia aos retirantes nordestinos passes para que deixassem a capital e rumassem para o interior, onde a agricultura era pujante. Os nordestinos seguiam então até o extremo oeste do estado, por vezes alcançando a divisa com o Mato Grosso, atualmente Mato Grosso do Sul⁶.

Entre as décadas de 1940 e 1950, destacava-se na região o cultivo de café, porém outras lavouras como o algodão e a mamona foram extremamente relevantes, sobretudo aos municípios banhados pelo rio Paraná. Grande parte dessas famílias recém-chegadas, não possuindo vínculos com essa terra, perambulavam por diferentes municípios do extremo oeste paulista, de região em região, de acordo com a oferta e demanda de trabalho nas fazendas⁷.

É importante frisar que no período das massivas migrações europeias para o Brasil entre o século XIX e XX, Paulicéia ainda não havia sido fundada, o que certamente influenciou esses dados. Outro aspecto é a mobilidade social dos migrantes europeus, quase sempre vinculados à cafeicultura e à urbanização, é possível que registrassem seus filhos em outros municípios, maiores e mais desenvolvidos. O fato de a cafeicultura ter chegado a Paulicéia de forma muito mais branda, também pode ter interferido nessa dinâmica, tornando a cidade menos atraente para que esses grupos se estabelecessem.

É comum que os migrantes, ao se estabelecerem no novo lugar de morada, busquem reproduzir aspectos culturais, linguísticos, religiosos, políticos, econômicos e

sociais do lugar de origem. Sendo assim, Paulicéia se constitui sobre uma forte base nordestina e mineira, influenciando na relação do povo pauliceense com a terra na agricultura, com os rios na pesca e, na política com os coronéis, nesse caso transmutado à imagem do arrendador/patrão.

Ao passo em que as fazendas vão recebendo cada vez mais famílias, formando grandes comunidades rurais em seus interiores, a demanda por produtos manufaturados e industrializados também passa a aumentar, colaborando para a ampliação do núcleo urbano de Paulicéia por meio da formação do comércio local, onde armazéns, bares, armarinhos, padarias e até mesmo um hotel compunham o espaço urbano do município neonato.

2 Sociabilidade e trabalho no meio urbano pauliceense

Na zona urbana, o cotidiano iniciava-se entre as 5h e as 6h da manhã. Mulheres carregando baldes, caminhavam até os poços de roldana perfurados na cidade a fim de garantir que houvesse água para o consumo, higiene, preparação de alimentos e outras atividades básicas. Ao chegar aos poços, costumeiramente havia filas entre elas, era preciso lançar ao fundo do poço um balde metálico preso por uma corda, dentro do balde se punha uma rocha para que esse afundasse na água com maior facilidade. Em seguida, se girava a roldana no sentido anti-horário no intuito de trazer o balde até a superfície, a água extraída era então transferida para um recipiente particular. As mulheres então regressavam as suas casas com as vasilhas na cabeça, para então darem continuidade as atividades domésticas⁸.

Nos anos 1950 o governo municipal instalou na cidade uma lavanderia, não aos moldes modernos, certamente. Consistia em estruturas de madeira próximas a um poço, no qual era possível que as lavadeiras apoiassem suas bacias e acessassem a água. Situava-se no centro da cidade, na avenida das indústrias. As mulheres se reuniam diariamente para lavar as roupas nas tábuas onduladas, também chamadas de batedores, que possibilitavam a remoção da sujeira resultante da lida na roça, ou mesmo o suor oriundo do clima quente. A lavanderia a céu aberto era ainda um espaço de socialização feminina, onde as necessidades comuns eram divididas, e desenvolvia-se certo senso de sororidade, considerando que se criava uma rede de comadres que se auxiliavam em atividades diversas⁹.

Os alimentos eram costumeiramente vendidos à granel ou em sacas de 50kg nos armazéns de secos e molhados. Os sacos brancos usados para embalar açúcar, arroz, sal e outros, eram reutilizados pelas mulheres de Paulicéia, que confeccionavam toalhas de mesa, bermudas, camisas, entre outros. As mães e esposas punham a água para ferver com tintol, um pigmento colorido, colocavam as roupas brancas na fervura para que adquirissem a cor desejada e em seguida botavam-nas para secar ao sol, conferindo diversidade de cores às roupas e aos panos de uso doméstico¹⁰.

Até a década de 1960, a energia elétrica era restrita a um pequeno grupo no município. A iluminação era feita com candelários que funcionavam à base de querosene ou óleo de mamona, o uso dessas lamparinas por vezes causava acidentes nas casas. A partir do ano de 1966, houve uma ampliação da rede de energia, usando como postes o tronco das árvores arrancadas da mata virgem local, a energia produzida a motor à diesel, e a duração era somente até às 00h, durante a madrugada a cidade toda permanecia sem acesso à eletricidade.

Naquela década, a corrosão do sistema democrático pelo Golpe Militar de 1964 que deu início à ditadura empresarial-militar no Brasil (1964-1985) provocou mudanças nas capitais e no interior. Adotou-se uma série de políticas que favoreciam à agroexportação, enfraquecendo a agricultura familiar e intensificando a monocultura mecanizada em algumas regiões e a criação extensiva de gado de corte em outras. Nesse contexto de perseguição política, o prefeito de Paulicéia entre 1957-1961, Kiro Sentaro, foi preso em Dracena (SP) pelas “forças revolucionárias” por suspeita de comunismo¹¹, outras prisões ocorreram na cidade durante o período, sugerindo a existência de um movimento social organizado contra a ditadura, como indica a ocorrência realizada em Paulicéia em novembro 1972:

Pedro Alves Oliveira, foi preso em flagrante, delito no município de Paulicéia, por incitação da população e propaganda de guerra em comício realizado em dia 5. Tratando de delito contra a Segurança Nacional. A ocorrência foi comunicada no comando [ilegível] em Lins para devida providência¹² (DOPS, 1972).

4 O avanço da criação de gado bovino e as relações sociais e de trabalho

A partir dos anos 1960, a paisagem marcada inicialmente pelas áreas de mata virgem, seguida pelos cultivos de mamona e algodão, passam a ser substituídas, pela pastagem, seguida quase que de imediato por gado nelore voltado ao abastecimento do crescente mercado nacional. Essa mudança gerou alterações não somente no caráter produtivo do município, diminuiu a demanda por mão de obra na lavoura, que exigiam um contingente considerável de braços especialmente na colheita.

Além da pastagem, as transformações nas relações de trabalho também foram profundas. As fazendas abrigavam centenas de famílias e, além do cuidado com o rebanho, no geral, os peões tinham acesso a uma parcela da terra, concedida para que o trabalhador, plantasse as culturas que bem desejasse: abóbora, milho, mandioca, melancias, maxixe, quiabo, feijão e outros para o autoconsumo, ou mesmo para a comercialização no mercado local, criando uma fonte de renda alternativa. Os cultivos eram usados também para a alimentação dos porcos, geralmente criados em chiqueiros com cercas de madeira, a poucos metros da casa onde o trabalhador rural residia com a família. Nos quintais havia também frangos e galinhas criados soltos, esses, além da carne, forneciam ovos que compunham a alimentação do trabalhador e da família. Embora o foco das fazendas estivesse no gado de corte, era permitido aos trabalhadores a criação de vacas leiteiras, o que possibilitava a comercialização do leite e de derivados como queijo e requeijões.

Essas vacas eram criadas quase que como animais de estimação, possuindo nomes e respondendo à comunicação de seus donos. Pela manhã, por volta das 6h as vacas eram conduzidas à mangueira, com gritos como “Ou, ou, ou,” seguido pela repetição do nome das vacas, que se avizinhavam do local em que estavam guardados seus filhotes. Assim que as vacas adentravam a mangueira, abria-se a porteira para que os bezerros entrassem, após permitir que os animais mamassem por alguns minutos, com uma banqueta de madeira amarrada à cintura por uma corda e um balde na mão, o homem do campo iniciava a ordenha manual. Frequentemente, durante tal ritual, um aparelho de rádio à pilha era deixado em local estratégico para que a programação, sobretudo músicas sertanejas, auxiliassem o ofício do ordenhador, na ausência do rádio, a música se fazia presente por meio de assobios ou canções cantaroladas.

Logo após, vacas e bezerros eram mantidos dentro da mangueira para que os filhotes pudessem se alimentar adequadamente, algumas horas depois, apartava-se os bezerros das vacas, soltando-as no pasto, enquanto os bezerros eram conduzidos aos piquetes, pequenas áreas de pastagem rodeadas por uma cerca, no geral próximo à mangueira, a fim de impedir que o animal tivesse contato com a mãe.

O leite era então transportado no balde à casa do trabalhador rural, onde era coado passando por dois panos brancos limpos, reservados somente à essa única finalidade. Essa filtragem possibilitava a remoção de resíduos sólidos do leite, como grãos de areia e pequenos galhos e folhas que porventura caíssem no balde. Após, em um grande caldeirão ou jarra de alumínio, o leite era posto sobre o fogão à lenha para que o calor proveniente do fogo matasse germes e bactérias em potencial. Não era raro que, num momento de distração o leite levantasse fervura, sujando o fogão e causando um intenso e agradável cheiro de 'leite queimado'. Ao esfriar, formava-se no leite uma grande camada de nata, usada na confecção de bolachas caseiras, o leite compunha a alimentação das crianças, além de ser a matéria prima dos pratos já descritos¹³.

O fogão à lenha emitia uma fumaça escura, que com o passar do tempo impregnava a casa logo pela manhã, e marcava as paredes e os telhados próximos com manchas pretas, resultado do acúmulo das camadas de fuligem. Entre os meses de junho e agosto, meses cujas temperaturas caíam em razão do Inverno, era comum que a família se reunisse entorno dos fogões a fim de se aquecerem, aproveitando o momento para conversas, cantos e brincadeiras¹⁴.

Alguns pequenos sitiantes cujas propriedades eram mais próximas ao centro da cidade, prestavam ainda o serviço de leiteiros. Após a ordenha e filtragem do leite, punham o alimento em garrafas e em charretes, pela cidade, deixavam as garrafas cheias sobre o muro dos compradores que pagavam um valor mensal, esses por sua vez, deixavam sobre o muro uma garrafa cheia d'água a fim de que na próxima entrega não faltassem recipiente, gerando uma economia que para além de comunitária, baseava-se no reuso¹⁵.

Além dessas atividades secundárias desenvolvidas pelos trabalhadores das fazendas, eles eram incumbidos de alimentar, zelar e controlar o rebanho. A cavalo os peões saíam pela fazenda semanalmente realizando a contagem das cabeças de gado usando de um bloco ou caderno e uma caneta. A atividade possibilitava compreender se houvera furto de animais, mortes, se algum animal havia fugido, se perdido em meio às matas, o número de vacas no cio e prenhas, assim como a avaliação da saúde dos

animais. Era comum ainda que o gado atravessasse as cercas da propriedade, invadindo as terras vizinhas¹⁶.

A partir da década de 1970 tornou-se comum em Paulicéia o uso de tratores, e além da pastagem, a suplementação da alimentação dos rebanhos passou a ocorrer com sal mineral. O sal era comprado em casas de ração e guardado em tulhas que serviam como depósito do material, que gradativamente era disponibilizados nos cochos, antigos troncos de árvores em que se realizava sucos e, eram dispostos sob árvores frondosas em meio aos pastos para os animais, especialmente durante o período de estiagem, entre os meses de abril e agosto. Algumas fazendas chegavam a preparar ração usando bagaço de cana-de-açúcar ou napier¹⁷ triturado, havendo por vezes a adição de quirela de milho à mistura. Todavia, ainda ocorria a coexistência do gado e das lavouras, mesmo que cada vez em menor proporção.

Com o aumento das áreas dedicadas à pastagem e a menor necessidade por mão de obra nas fazendas, os trabalhadores foram rapidamente expulsos para a zona urbana, de onde migravam para os grandes centros urbanos, especialmente para a região metropolitana de São Paulo, Campinas, Americana e Rio Claro.

5 Cerâmicas, urbanização e êxodo

Durante a década de 1970, mudanças estruturais seguiram afetando as lavouras pauliceenses. Em toda a região os cafezais já beiravam os 30 anos e a produtividade do grão caía ano pós ano. Para além, diversas intempéries climáticas afetavam as plantações, especialmente durante os invernos, marcados por longos períodos de estiagem.

A situação foi ainda grave diante da chamada “geada negra” de 18 julho de 1975, quando na madrugada uma forte geada destruiu todas as plantações do extremo oeste paulista, do sul do Mato Grosso e do norte do Paraná. O fenômeno sem precedentes deu fim ao ciclo do café no oeste do estado, que persistia mesmo com as tendências desfavoráveis ao cultivo do item tropicais desde a Queda da Bolsa de Nova York em 1929.

O espigão divisor Peixe/Aguapeí, onde está situado o município de Paulicéia perdeu sua maior e única referência na produção em larga escala. Os cafezais enegrecidos dialogavam com a carestia e o luto que tomaram conta da região, e a perda populacional acentuou-se drasticamente a partir de então.

Paulicéia, porém, não possuía uma economia especializada, baseada na cafeicultura. A agricultura local pautava-se nas chamadas lavouras brancas, culturas rápidas, cujo ciclo entre o plantio e a colheita raramente ultrapassavam um semestre. Essas características da economia pauliceense naquele período possibilitaram que os danos resultantes da geada fossem menores. Se para chegar à fase adulta o café demorava cerca de dois anos e meio, as espécies cultivadas no município levavam entre noventa e cento e vinte dias para alcançarem o ponto de colheita.

Com o declínio dos regimes de parceria a partir da década anterior, o número de meeiros havia diminuído drasticamente. As lavouras eram então conduzidas por grandes arrendatários como Lauro Sorita, Gilberto Garioto e Antônio Costa, vulgo Mocó, que locavam as terras dos proprietários a fim de nelas produzir, contratando boa parte do contingente populacional disponível no município para a prestação de serviços na condição de diaristas, ou mesmo com a paga sendo realizada semanalmente.

Embora os grandes arrendatários figurem um momento da história local no qual boa parte das famílias já não viviam mais nas terras que lavravam, esses ainda empregavam no cultivo das diferentes lavouras boa parte da população que à essa altura já se concentrava na zona urbana do município ou nos ranchos à beira do rio Paraná, atuando como caseiros ou zeladores desses espaços, quase sempre pertencentes a membros de uma pseudo-burguesia regional. Eram moradores de Dracena (SP), Adamantina (SP), Marília (SP) e outras cidades, que de tempos em tempos passavam uma temporada pescando no rio.

Nos ranchos os caseiros e suas respectivas famílias eram responsáveis pelas jangadas, iscas, varas de pesca, espinhéis, limpeza dos quintais, manutenção das casas. Em muitos momentos a esposa do caseiro era incumbida de preparar as refeições dos magotes de pescadores que passariam um punhado de dias em suas atividades desportivas na divisa com o estado da região Centro-Oeste. Durante o período de chuvas, entre setembro e maio, quando o rio enchia, a água se aproximava das casas e até mesmo os filhos dos caseiros, com redes feitas de sacos de laranja, pescavam no quintal. À época os peixes pescados artesanalmente eram a principal fonte de proteína dos locais.

Mamona, milho, feijão, amendoim, melancia, algodão e tomate destacavam-se em termos de área cultivada pelos arrendatários. Os produtos eram comercializados em diversos municípios paulistas e mesmo em estados da região Sul como Paraná e Santa Catarina. Porém, a especulação fundiária apontava para a existência de terras muito mais baratas para arrendamento no sul do Mato Grosso, atraindo esses

empreendedores. Junto a isso, as roças rapidamente eram convertidas em pastagens voltadas à engorda de gado de corte e, em menor escala, à produção de leite, como foi com a propriedade do pecuarista Paulo Tahara¹⁸.

Outro aspecto que auxilia a compreensão do rápido avanço da pecuária em Paulicéia é a extensão dos lotes rurais, cuja média costumava ser muito maior que as dos demais municípios da região, provavelmente, uma forma de compensar a produtividade do terreno arenoso às margens do rio como sugere a seguinte citação

Em Panorama, Paulicéia e Santa Mercedes, a pecuária tornou-se a principal fonte de composição do PIB Municipal, em função da grande dimensão territorial dos estabelecimentos rurais, e dos solos mais arenosos. Nas duas primeiras, no entanto, por se localizarem às margens do rio Paraná, houve o interesse por outras atividades, como as cerâmicas e olarias... (Gil, p. 164, 2007).

Ao passo que as pastagens se expandiam, a demanda por mão de obra no campo diminuía proporcionalmente, forçando a população a buscar postos de trabalho na cidade. Um reflexo do fenômeno que se sucedia em todo o país, pressionando trabalhadores rurais a reconfigurarem suas vidas à urbanidade, exercendo novas atividades na economia e descolando suas rotinas para as urbes.

“Meu pai começou a ficar com dó de nós porque tinha que vir todo dia a pé. Aí ele comprou um lote, fez uma casa e mandou nós irmos morar na cidade. A gente gastava mais de 1h pra sair do serviço de a pé e chegar em casa” .Fonte Oral 6.

A existência de jazidas de argila na Fazenda Buritis, exploradas desde 1950 com a fundação da cerâmica Takayama criou condições favoráveis para que essa indústria, marcada sobretudo pela produção de tijolos, se expandisse na cidade. Na década de 1980 existiam mais de doze cerâmicas em funcionamento no território pauliceense, entre elas havia inclusive fábricas que usavam a tração animal, especialmente equinos, para a produção de tijolos de adobe. Além da geração de renda direta, as cerâmicas nutriram em sua cadeia produtiva o transporte de matéria prima, auxiliando no aumento da frota de caminhões para o deslocamento da argila desde os barreiros até a indústria.

As olarias tornaram-se as principais geradoras de postos de formais de trabalho no município, empregando especialmente os antigos trabalhadores rurais. A economia outrora baseada no setor primário, seguindo a tendência nacional no contexto pós II Guerra Mundial, se industrializa. O espaço rural também se transformou, saíram as lavouras temporárias, responsáveis pelo abastecimento interno e de outros municípios e estados e ganhou espaço a economia especializada, nesse caso, na pecuária.

Nas cerâmicas, o trabalho seguia a lógica Taylorista, o ritmo dos trabalhadores era ditado pelas máquinas. O responsável por manusear a principal tecnologia na indústria ceramista de Paulicéia das décadas de 1970/80 (assim como ainda é na atualidade) era o marombista, profissional que possuía como atribuição gerir a máquina que realizava desde a desintegração dos aglomerados de argila, controlar a hidratação da matéria-prima evitando o excesso ou a falta d'água no processo, além da identificação de resíduos que pudessem diminuir a qualidade dos tijolos até à chegada boqueta que dava forma final aos tijolos. A maior parte dos tijolos do município eram de oito furos, empregados especialmente na construção civil.

Por não exigir elevado nível de capacitação, era comum que adolescentes recém-saído da infância, a partir dos 12 ou 13 anos de idade trabalhassem nas cerâmicas como lanceadores. Por vezes os pais e mães que trabalhavam nessa indústria levavam crianças ainda menores, que também colaboravam nas atividades desenvolvidas nesses espaços. Além dos transportes e organização dos tijolos crus, os lanceadores capinavam os barreiros, grandes montes de barro ao lado da área coberta da cerâmica, limpavam as estufas onde os tijolos secavam, carregavam os caminhões que buscavam o produto, entre outras, como sugere o trecho abaixo.

“Meu pai chegou em casa e disse pra mim e pro meu irmão que no dia seguinte era pra gente ir cedo pra cerâmica porque a gente ia começar a trabalhar. Eu tinha uns 13 anos. A gente nunca tinha trabalhado em cerâmica, morava no rancho, perto do rio. O salário que eu ganhava lá eu nunca nem vi, só pegava e entregava pro meu pai. Quando foi pra eu fazer o acerto e sair da cerâmica, quem fez foi ele, eu só fiquei sabendo”. Fonte Oral 6.

Um dos paradigmas da época era a existência do pai-patrão, o mesmo que agenciava os filhos para que trabalhassem nas colheitas dos roçados, agora buscava empregar os filhos nas olarias a fim de aumentar a renda familiar. Muitas vezes os adolescentes e crianças sequer recebiam o próprio salário, que era pago ao pai, ou quando recebiam, o valor era destinado imediatamente ao pai para que suprisse as

demandas econômicas da casa. A interpretação que se tinha dos filhos era a de que esses eram força de trabalho, e que como tal, deveria ser usada a fim de criar lucro, sendo o pai-patrão o detentor dessa mercadoria.

Ainda acerca dos(as) lanceadoras, vale a pena citar que categoria era composta majoritariamente por mulheres, embora vez ou outra homens também a exercessem. Embora esse fosse o grupo com a menor remuneração nas cerâmicas, não havia disparidade salarial por gênero no exercício dessa função¹⁹, o que abre margem para outras reflexões acerca desse trabalho que não cabem nesse trabalho, por exemplo como a estruturação do capital sobre os corpos femininos pobres de fato eram formas de inclusão desse seguimento à economia ou uma estratégia para determinar o salário de toda a categoria como o menor possível?

O próximo passo cabia aos forneiros, que enchiam os fornos com os tijolos, e após a queima esvaziava as câmaras nas quais o processo era realizado. Havia ainda a figura dos queimadores, que acendiam e queimavam os tijolos, controlando a quantidade de madeira ou serragem, garantindo que a cerâmica saísse “no ponto”, logicamente evitando possíveis perdas. Essas funções, compreendidas como mais técnicas/complexas: forneiro, queimador e marombista costumeiramente eram reservadas aos homens.

Nas primeiras décadas o combustível dos fornos era exclusivamente lenha oriunda do Mato Grosso do Sul, provavelmente de regiões nas quais a mata estava sendo aberta para a formação de fazendas, o material era transportado por caminhões. Posteriormente, o uso de serragem tornou-se mais recorrente. Nessa fase é que há a emissão de fumaça pelas chaminés das cerâmicas, criando uma paisagem típica das cidades em que há a ocorrência desse tipo de indústria.

O pagamento era mensal e havia ainda as horas extras que colaboravam para a composição da renda. Além disso, ao menos uma vez ao mês havia a concessão de vales, adiantamentos parciais dos salários dos trabalhadores, o que poderia gerar a sensação de que o salário era maior do que realmente era. De qualquer maneira, parte desses trabalhadores compreendiam que os vales colaboravam inclusive para o comércio local, tendo em vista que os principais compradores eram os funcionários da cerâmica e esses poderiam adquirir produtos, inclusive à vista, por mais de uma vez ao mês.

Muitas famílias naquele período deixaram a cidade. A baixa demanda por mão de obra no campo e a incapacidade das cerâmicas de absorverem toda a mão de obra

que havia se formado anteriormente forçou centenas de famílias a migrarem para grandes cidades, especialmente para as regiões metropolitanas do estado²⁰.

Raramente as famílias migrantes levavam muita coisa consigo, somente malas com roupas e alguns pertences. Como o município era de fundação recente e boa parte da população regional estivesse acostumada a atuar em diversos municípios prestando serviços nas fazendas ao longo de um ano e em seguida buscando outras fazendas, municípios ou mesmo regiões, esse trânsito no interior era encarado como um dinâmica normal, e não como uma grande transformação na estrutura da sociedade brasileira vinculada à urbanização e à industrialização do país, assim como seus desdobramentos mais nefastos: a fome, a pauperização, a intensificação do déficit habitacional e da criminalidade²¹.

“Muitas famílias iam embora para São Paulo, Atibaia, Campinas e para outras cidades grandes. Ninguém tinha muita coisa, a maior parte das famílias eram pobres, também moravam aqui há pouco tempo, sempre foi normal gente chegando e indo embora. Ou você ia para a cerâmica ou tinha que procurar alguma coisa fora!” Fonte Oral 6.

Com o fim da Ditadura Empresarial-Militar (1964-1985) o movimento sindicalista ganhou escala em todo o país, e diversas greves passaram a ocorrer em todo o território nacional reivindicando direitos trabalhistas e melhores condições de trabalho. Em algum tempo o tema ecoou nas cerâmicas pauliceenses, mesmo que provocando certa aversão num primeiro momento.

“Não tinha dia de folga, se a máquina quebrava num dia a gente ia faltar no outro? Claro que não! Não tinha uma pessoa no nosso meio que entendesse disso. Na época nós precisávamos trabalhar, até a gente começou a xingar o Lula por causa das greves, ele dizia que “patrão tem que fazer isso, aquilo... por que a gente tem que ir pra rua xingar o patrão?” mas depois com o tempo a gente foi entendendo que era nosso direito” Fonte Oral 6.

Acidentes de trabalho eram comuns nas cerâmicas. Crianças, adolescentes e até adultos por vezes trabalhavam descalços, sem luvas ou nenhum outro tipo de

proteção. Pessoas perdiam mão, dedos, tinham queimaduras, eram atingidas por torrões de argila e havia sempre o risco de deslizamentos de toras no descarregamento dos caminhões. A estrutura das cerâmicas não dispunha de banheiros e bebedouros em condições adequadas à saúde dos(as) trabalhadores(as), mas com as lutas dos movimentos sindicais essa realidade começou a mudar²².

Na década de 1990 havia diversos barreiros de onde se extraía a argila usada como matéria prima nas cerâmicas, a Companhia Energética de São Paulo (CESP) estava finalizando a construção da barragem Sérgio Motta, em Rosana (SP), que provocaria a submersão de uma vasta área dos estados de São Paulo e do Mato Grosso do Sul. Quando o fato foi anunciado pela empresa diversas cerâmicas demitiram a grande maioria dos funcionários e a maior parte dos trabalhadores do município se viu desempregada do dia para a noite. Os ceramistas afetados pela situação foram todos indenizados, já os trabalhadores das cerâmicas até hoje não tiveram nenhum tipo de reparação por parte da empresa ou do Estado²³.

Na década de 1980, o início da construção da Usina Hidrelétrica Sérgio Motta promoveria outras mudanças na dinâmica do município ribeirinho. A constatação de que o represamento afetaria o acesso das cerâmicas à argila, matéria prima que movimentava a indústria local, instaurou-se entre as décadas de 1980/1990 o sentimento de que a qualquer momento o caos se instauraria na economia pauliceense.

Algumas das cerâmicas chegaram a fechar as portas, demitindo todos os funcionários, enquanto outras diminuíram o número de empregados e causando desespero aos locais. Os proprietários de terras alagadas no final da década de 1990 foram indenizados e os trabalhadores rurais que habitavam as fazendas à margem do rio foram reassentados.

A economia inicialmente diversificada, baseada na policultura e nas lavouras temporárias é substituída inicialmente pelo gado bovino e, posteriormente pela cana-de-açúcar que avança sobre o território paulista, gerando postos de trabalho durante as safras e ondas de desemprego em massa na entressafra. Tal modelo de desenvolvimento, pautado em uma economia especializada, apresenta-se ainda como um fator dificultador para que outras atividades se estabeleçam no município.

Considerações finais

Ao avaliar as narrativas oriundas dos diferentes atores, percebe-se que o êxodo rural, processo que marca e marcou várias regiões do globo ao longo de seu processo de industrialização e urbanização, não criou memórias específicas de grandes filas na rodoviária local ou nas estações ferroviárias, caminhões de mudança transportando móveis ou famílias caminhando errantes tal como representam algumas perspectivas cristalizadas sobre os retirantes nordestinos.

A história da própria cidade, seus diferentes momentos, fases e processos foram sempre marcados por constantes e intensos fluxos de chegada e saída de pessoas. A fundação recente do município, já ao final da década de 1940, colaborou para que os migrantes chegados a Paulicéia não possuissem um vínculo, uma relação de pertencimento com outras localidades. A lógica era a do trânsito, da oferta e demanda.

Onde havia demanda por mão de obra, fosse para derrubar a mata-virgem, trabalhar nas lavouras ou “fazer pastagens”, para lá iam os trabalhadores e suas numerosas famílias. Com a modernização conservadora, entre as décadas de 1960 e 1970, a grande mudança nessa mobilidade é que, deixa de haver um fluxo inter-regional, entre municípios de caráter rural, surge um novo destino, sinônimo de progresso, a grande cidade, dotada de indústrias, capazes de absorver em seu ritmo mecanizado a mão de obra que, outrora, sofria com as intempéries naturais, concedendo-lhes as benesses dos operários assalariados, quando acompanhados pela sorte, ou o espaço de negligência e violência do Estado, as grandes periferias urbanas.

Referências

- Alberti, V. (2004). *Ouvir contar: Textos em história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Gil, I. C. (2014). *Nova Alta Paulista (1930–2007): Do desenvolvimento contido ao projeto político regional* (2ª ed.). São Paulo: Scortecci.
- Ribeiro, D. (2015). *O povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil* (3ª ed.). São Paulo: Global.
- Versiani, F. R., & Suzigan, W. (1990). O processo brasileiro de industrialização: Uma visão geral. In *Congresso Internacional de História Econômica*.
- Vicenconti, P. E. V. (1997). O processo de industrialização brasileira. *Revista de Administração de Empresas*, Rio de Janeiro, 1977.

ABSTRACT

The objective of this research is to understand the rural exodus in Paulicéia through the memories of the local population. To this end, the study, which is qualitative in nature, employs Oral History as its methodology. In April 2024, a pre-structured questionnaire was administered to different social actors in Paulicéia, particularly Black men and women who worked in the rural areas of the municipality during the 1970s and 1980s. The memories surrounding the exodus recount the daily lives of a population that had already left its homeland - the Northeast of Brazil - and sought to (re)build it in the lands of São Paulo. However, due to the expansion of pastures for cattle ranching, they were expelled from farm to farm, municipality to municipality, until they eventually left the rural environment altogether and migrated to large urban and industrial centers.

KEYWORDS: Paulicéia; Rural Exodus; Oral History.

RESUMEN

El objetivo de esta investigación es comprender el éxodo rural en Paulicéia a través de las memorias de la población local. Con este fin, el estudio, de carácter cualitativo, recurre a la Historia Oral como metodología. En abril de 2024, se aplicó un cuestionario preestructurado a diferentes actores sociales de Paulicéia, en particular a trabajadores y trabajadoras negros(as) que actuaron en el medio rural del municipio entre las décadas de 1970 y 1980. Las memorias en torno al éxodo abordan el cotidiano de una población que ya había abandonado su tierra natal, el Nordeste de Brasil, y que buscaba (re)construirla en tierras paulistas. Sin embargo, debido a la expansión de los pastos para la cría de ganado bovino, fueron expulsados de chacra en chacra, de municipio en municipio, hasta que finalmente abandonaron el medio rural y se dirigieron a los grandes centros urbano-industriales.

PALABRAS CLAVE: Paulicéia; Éxodo Rural; Historia Oral.